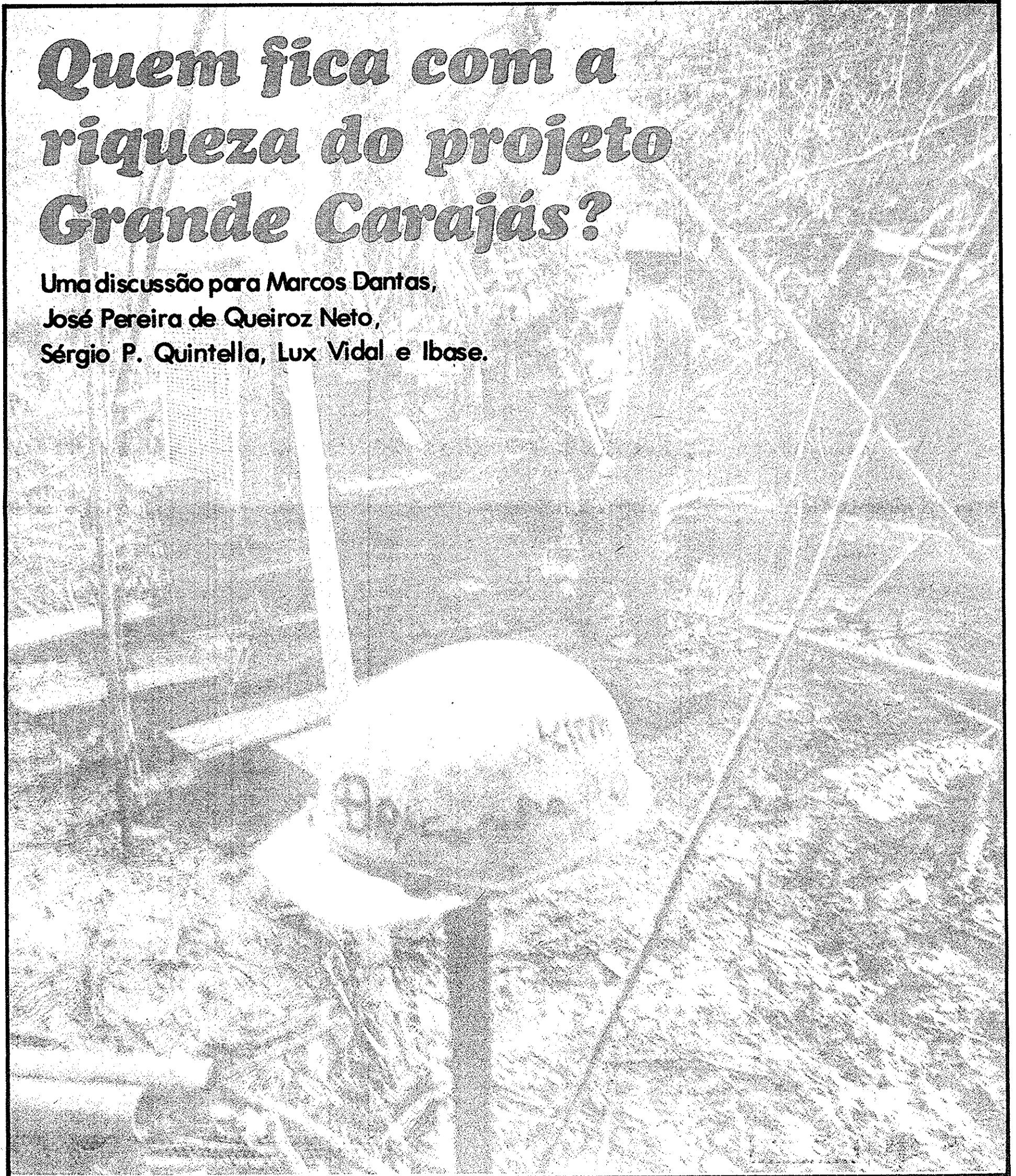


# FOLHETIM

APCR 0028

## *Quem fica com a riqueza do projeto Grande Carajás?*

Uma discussão para Marcos Dantas,  
José Pereira de Queiroz Neto,  
Sérgio P. Quintella, Lux Vidal e Ibase.



A questão mais importante de Carajás é saber quem controla o projeto: o Brasil ou as multinacionais

# “Carajás é nosso!”

Marcos Dantas

Uma das principais questões em jogo nos debates sobre o programa Grande Carajás refere-se ao controle nacional dos projetos industriais e agrícolas. Há vozes que já identificam xenofobia naqueles que temem a desnacionalização das riquezas naturais da Amazônia Oriental e até se mobilizam contra a “ameaça” de a questão do aproveitamento dos minérios de Carajás vir a ganhar apelo popular a ponto de se transformar numa nova mobilização do tipo “O Petróleo É Nosso”.

Essa “ameaça” existe e não vamos negar, estamos trabalhando para isso. O modelo de exploração que for aplicado a Carajás marcará a face do Brasil nos 50 ou 100 anos seguintes. Por isso, a sociedade brasileira tem que ter muita clareza e muita lucidez a respeito do que pretende fazer em Carajás. Há 30 anos atrás, ela demonstrou clareza e lucidez ao instituir o monopólio estatal do petróleo numa decisão praticamente unânime do Congresso Nacional, após amplo debate popular. Longe de ter fracassado, o monopólio nos legou a mais poderosa empresa de capital genuinamente nacional, ponto de partida para o desenvolvimento de muitos setores econômicos privados, como a indústria de bens de capital, os grandes escritórios de engenharia e a indústria petroquímica e nos evitou ficar hoje inteiramente em mão de grupos estrangeiros no vital campo das negociações internacionais de petróleo. A Petrobrás tem seus defeitos que não são da Petrobrás, mas do regime imposto ao País após 1964.

## UM DEBATE SÉRIO

O debate sobre Carajás, hoje, tem a mesma importância histórica do debate sobre o petróleo há 30 anos atrás. Se nenhuma decisão que interessa à sociedade deve ser tomada em gabinetes fechados, as decisões sobre Carajás não podem de forma alguma, ser alienadas da participação dos mais diversos segmentos do tecido social brasileiro. Essa participação impõe a mobilização popular, o debate nos partidos políticos e a definição de uma política para a Amazônia Oriental através de lei discutida e aprovada pelo Congresso Nacional.

Um dos pontos dessa política vai-se referir necessariamente ao controle nacional das riquezas minerais, energéticas e agrícolas da região do Grande Carajás. Sobre isso, já surgiu explicitamente uma posição: o Brasil (através, preferencialmente, de empresas privadas) deve reter o controle da produção de matérias-primas, deixando aos capitais estrangeiros (ou a composições acionárias denominadas “joint ventures”) a transformação industrial e exportação. O ministro Cesar Cals tem declarado, inclusive, que, controlando a matéria-prima o País controla as multinacionais que se instalarem no Grande Carajás.

Assim, por exemplo, deve caber à Vale do Rio Doce produzir bauxita (e, às vezes, alumina), à Eletrobrás produzir energia elétrica e às multinacionais produzir e exportar (às vezes, colocando parte no mercado interno) o alumínio metálico. Pela tese do ministro, a Vale do Rio Doce e Eletrobrás estariam assim controlando as multinacionais compradoras dos insumos.

Ora, é uma tese que não resiste à teoria, aos ensinamentos da história recente e as evidências da economia atual. Se fosse como quer o ministro, a

Jamaica não teria no curto prazo de cinco anos sido derrubada do primeiro para o quinto lugar na produção mundial de bauxita simplesmente porque ousou sobretaxar e valorizar seu principal produto de exportação. Se assim fosse, a Bolívia já teria há muito saído de sua crônica crise social e política desde o momento em que nacionalizou suas jazidas de cassiterita.

## A QUESTÃO DO CONTROLE

Controla-se política e empresarialmente a produção de um bem pelo controle dos mercados e fluxos comerciais. Se o Brasil não tem nem pode pretender ter, o controle dos mercados externos, como vai controlar as multinacionais apenas detendo o fornecimento a elas da bauxita e da energia?

Essa questão do controle é que é a questão básica, subjacente a todo o debate sobre o Grande Carajás. Não se trata de xenofobia. Ao contrário: trata-se exatamente de reconhecer que, no contexto político e econômico mundial de hoje, é utopia pensar que o Grande Carajás será executado sem participação de capitais estrangeiros. O problema, portanto, é definir uma política para subordinar esses capitais estrangeiros aos interesses nacionais e assegurar a hegemonia dos capitais nacionais no processo.

Daí que deve-se tomar como princípio básico o fato de ser indiferente a natureza privada ou estatal do capital nacional. Onde não for possível assegurar presença dominante do capital privado nacional, deve-se colocar capital estatal. Aliás, chega a ser hipócrita vedar-se à estatal nacional Vale do Rio Doce presença dominante na metalurgia do alumínio mas, ao mesmo tempo, permitir-se que a estatal alemã VAW possa instalar-se nesse setor.

Não será recusando o capital nacional no fornecimento de consumos básicos que se vai assegurar o controle nacional sobre o Grande

Carajás. Argumenta-se em defesa dessa tese: menor porte de capital, indisponibilidade tecnológica e carência de mercado. Capital, tecnologia e mercado (externo) seriam os grandes dotes das multinacionais.

Fosse assim, o Brasil jamais teria instalado um poderoso parque siderúrgico sob absoluto controle nacional, nem estaria, agora, a caminho de também assumir o comando do altamente técnico segmento da informática. Nos três (e em outros) casos, a receita foi a mesma prioridade para o mercado interno, maciça presença estatal nacional e acordos de compra de tecnologia.

## CAPACIDADE ESTATAL

Mercado interno para produtos minero-metalúrgicos o Brasil tem. É dispensável citar números. Capacidade estatal para investir (inclusive liderando a mobilização de capitais privados nacionais como aconteceu na petroquímica) no Grande Carajás, o Brasil também tem. Além da Vale do Rio Doce, estão aí a Siderbrás, Eletrobrás e Petrobrás. Existe carência de recursos? Pergunte-se à Nuclebrás se falta dinheiro lá. Entretanto, existe carência de bons administradores da coisa pública. A Vale do Rio Doce, por exemplo, executará o mais custoso de todos os projetos (Ferro-Carajás de US\$ 4 bilhões), sendo obrigada a vender seus direitos no cobre, manganês, ouro etc. Ora, as projeções de fluxo de caixa da Vale estariam muito mais folgadas caso ela pudesse aí incluir os créditos dos projetos cobre, manganês e ouro. Os investimentos são muito menores e os ganhos muito maiores.

O caso do manganês, por exemplo, salta aos olhos. A jazida está a 20 quilômetros da periferia ferroviária de Carajás. Basta um teleférico para retirar o minério e colocar nos vagões. Custo baixíssimo. Do ponto de vista empresarial, não existe nenhum motivo para a Vale se desfazer da jazida ainda mais agora que as reser-

vas de sua principal concorrente (Icomi-Bethelehem Steel) estão prestes a se esgotar. O ministro Cesar Cals, entretanto, quer que a Vale transfira seus direitos para a Caemi (holding da Icomi). A Nação brasileira (sócia majoritária da Vale) e os sócios privados podem concordar com isso?

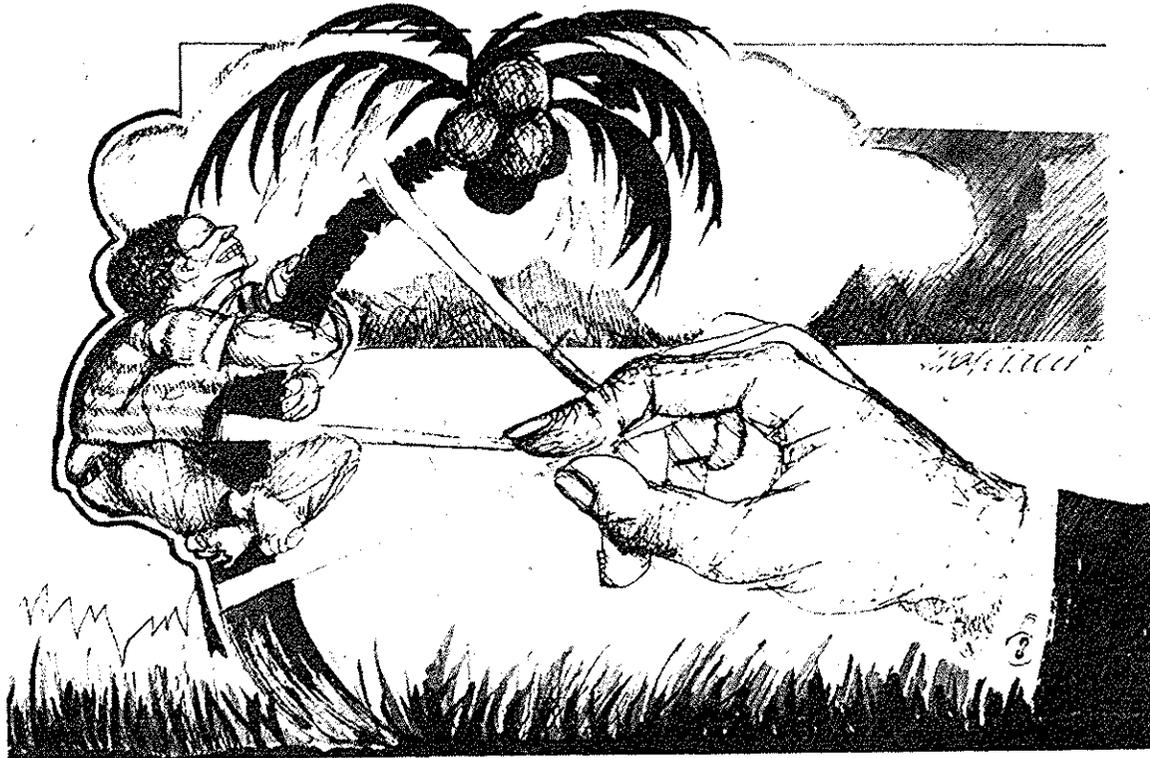
Quanto à tecnologia, não é crível que o País precise de tecnologia para ferro-ligas de manganês, ferro-gusa, fundição de cobre ou mesmo eletrólise de alumínio. E, se precisar, não faltam aqui centros de pesquisa aguardando a mobilização de suas potencialidades para resolverem problemas que estarão sendo colocados industrialmente dentro de dois a três anos (tempo suficiente para uma pesquisa). Em último caso, tecnologia (ainda mais nessa área) se compra num mercado internacional oferecido.

Logo, as condições estão dadas para a implantação de um modelo em Carajás apoiado na liderança do capital nacional. Tais condições podem ser resumidas em duas palavras: poder de barganha. Ao contrário de uma Austrália que não tem mercado interno nem energia hidrelétrica, ao contrário de qualquer país africano (permanentemente envolvidos em crises políticas e indefinições sócio-econômicas), o Brasil pode mobilizar poderosos fatores internos de desenvolvimento e só negociar com os grupos multinacionais que concordem em se associar secundariamente a esses fatores. Aí então, as tão propagadas vantagens de participação do capital estrangeiro (aporte adicional de poupança, oferta de mercado externo e transferência de tecnologia de ponta) se realizarão.

E Carajás se transformará numa poderosa alavanca da definitiva independência nacional. Caso contrário, será apenas mais um e pesado grilhão a perpetuar por outro século a dependência e o subdesenvolvimento do Brasil.

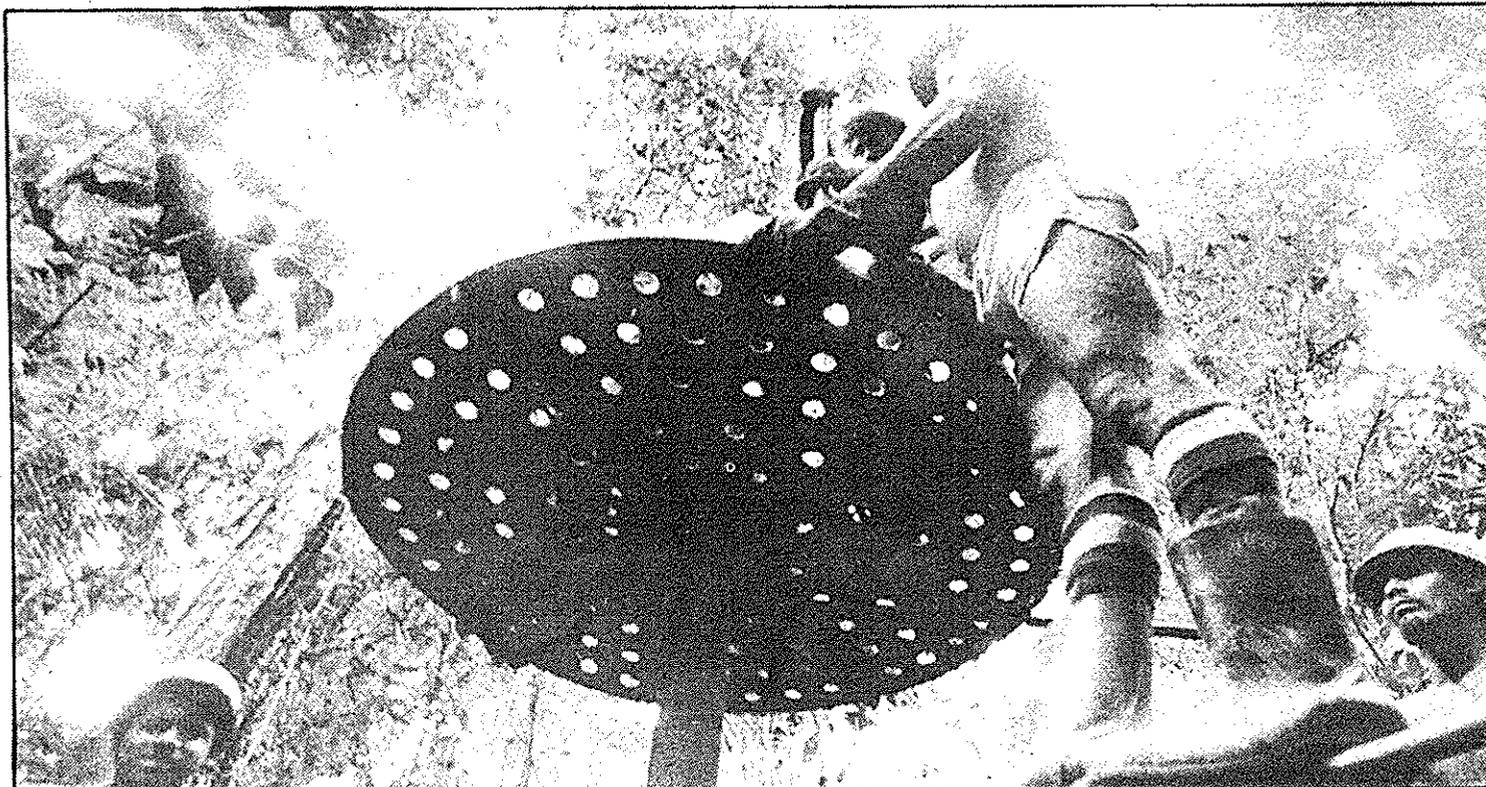
Marcos Dantas é jornalista e diretor do “Relatório Reservado”.

Ilustração de Maria L. Meglioni.



# A riqueza da Nação

José Paulo Borges



Pesquisa de minério na região de Carajás.

Um amplo debate em todos os níveis da sociedade civil a respeito do Projeto Carajás. E essa a proposta do professor-adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia da USP, José Pereira de Queiroz Neto. Engenheiro-agrônomo, ele tomou contato mais íntimo com a questão amazônica no início da década passada, ao fazer, para a Sudam, avaliação de todo solo da Amazônia e seu aproveitamento. De acordo com o professor Queiroz Neto, projeto de tal monta teria que ser discutido em nível bem mais amplo do que o círculo restrito onde foi definido e aprovado. Aqui, ele discute a questão e as consequências da implantação do projeto, tal como se conhece até agora.

**FOLHETIM** — Como o senhor entende a questão levantada pelo Projeto Carajás?

**J. P. DE QUEIROZ NETO** — O Projeto Carajás, na realidade, é um projeto de venda, pelo preço que for possível — dificilmente alto, mas baixo ou médio — dos recursos naturais da região. E eu acredito que será baixo porque as grandes empresas mineradoras, ou as grandes empresas multinacionais, têm possibilidade de impor o preço. Num momento de crise a compra barata é mais fácil, porque, ao contrário do que ocorreu historicamente, o Estado arcará com todas as despesas, e até com os prejuízos. O caso da estatal Vale do Rio Doce com a US Steel nos contou esse problema: a Vale foi obrigada a comprar as ações de uma associada, subsidiária da United Steel, que era proprietária de um "projeto de exploração", o que não é nada.

**FOLHETIM** — Há quanto tempo o senhor acompanha a questão da ocupação da Amazônia e, especialmente, o Projeto Carajás?

**QUEIROZ NETO** — A partir de um primeiro pedido feito pela Sudam em 71/72, realizei trabalhos de avaliação do solo de toda a Amazônia. Foi no início do projeto Radam. Daí, passei a ter maior contato com a Amazônia. Há uns três anos, apresentei trabalho contendo reflexões sobre o meio ambiente da Amazônia, a partir de dados como clima, solo, e as consequências que uma ocupação feita pela devastação de grandes áreas contínuas,

sem levar as peculiaridades regionais, podem ter. Além disso, há o problema da existência, na região, de uma população, mesmo de baixa densidade, que vive em razoável equilíbrio ambiental. Por mais precárias que sejam as condições de vida dessa população, a vinda desses grandes projetos as marginaliza completamente, porque provoca uma alteração ambiental que pode prejudicar, inclusive, a manutenção desse povo que está lá hoje.

## UMA HISTÓRIA NEBULOSA

**FOLHETIM** — Como o senhor vê a participação de multinacionais no projeto?

**QUEIROZ NETO** — O Projeto Carajás é uma propriedade nacional, na medida em que o subsolo pertence à Nação, mas a exploração pode ser cedida a grupos estrangeiros pelo viés da nacionalização desses grupos. Há uma série de dúvidas históricas, com relação ao projeto. Como foi descoberta a serra de Carajás, como uma área de recursos minerais importante? Parece uma descoberta, aparentemente, ocasional. O Departamento Nacional da Produção Nacional, no final da década de 50, tinha terminado o levantamento do Projeto Araguaia, que havia sido empreitado pela empresa Prospec.

Nesse Projeto Araguaia, na região de Carajás, tinha sido assinalada existência de calcário. Mas ao mesmo tempo, praticamente, a United Steel, que estava promovendo levantamentos preliminares a procura de manganês, numa clareira no alto da serra de Carajás, onde tinha sido assinalada a existência de calcário, descobre ferro de ordem tal de importância que ela, logo em seguida, entra com um pedido de prospecção. Nesse meio tempo, há a interferência da Union Carbide e dois ou três anos mais tarde a Vale do Rio Doce entra na jogada, adquirindo parte das ações. Posteriormente, a Vale assume e monta o grande projeto.

O projeto prevê a construção de um porto de exportação, em Itaqui, em São Luís do Maranhão, e uma linha férrea construída entre o projeto e o futuro porto que passaria dentro de um grande corredor de implantações silvicultas e agropecuárias que deveriam tornar o negócio seguro para o capital estrangeiro. A agropecuária voltada para a exportação e o abastecimento

do mercado local, a silvicultura à produção de madeira, lenha e carvão vegetal para o complexo industrial. As notícias para mim são um pouco fragmentárias, mas parece que existe um outro corredor, de Carajás em direção a Belém, que envolveria Tucuruí.

O que é importante lembrar no caso das múltiplas nesse processo de exploração de Carajás, é que elas sempre existem que não haja problemas litigiosos, envolvendo terras por exemplo, que coloquem em perigo sua permanência no local. Possíveis, e todo o problema que ocorre hoje na região. Então, a existência desses corredores promoveria a "limpeza" da área e tornaria o negócio seguro e atrativo para as múltiplas.

## UMA POPULAÇÃO MARGINALIZADA

**FOLHETIM** — E com relação ao problema da degradação ambiental que pode ocorrer com a implantação do projeto, tal como está previsto hoje?

**QUEIROZ NETO** — É o caso de São Luís. Com a construção do porto de Itaqui, terminal para exportação de minérios e tratamento do alumínio, isso irá provocar um desequilíbrio ambiental e social muito sério na região. Os benefícios que a instalação das unidades de produção de alumínio e tratamento de minério etc, serão muito pequenos em relação à população existente na área. A gente pode até supor que essa população irá, quando muito, se beneficiar marginalmente do projeto. Ela não está preparada, tecnicamente, para assumir diretamente uma participação no trabalho. O que significa que, provavelmente, a grande parte da mão-de-obra será importada. Então a população local continuará marginalizada como acontece agora.

**FOLHETIM** — No final da história toda, quem irá mesmo pagar a conta?

**QUEIROZ NETO** — Na realidade, é o Estado que cede o usufruto a preço vil — quando não de graça — para a construção das estradas, do porto, da infra-estrutura enfim. A energia elétrica vai ser dada por contrato, para o alumínio, a preço vil. O grande insumo do alumínio é, justamente, energia: barata para produzir alumínio barato. Na realidade, quem paga é a sociedade: a infra-estrutura é socializada, os

benefícios privatizados. Esse é o processo que envolve Carajás, como envolve todo o processo de desenvolvimento econômico brasileiro até agora. Parece-me que a grande polêmica de Carajás, além de aspectos de degradação ambiental violentíssimos, é todo o problema da desnacionalização, violenta também, de um bem que, afinal é de toda a Nação.

**FOLHETIM** — Então, como a sociedade civil deve se comportar para, pelo menos, expressar seu descontentamento por não ter sido ouvida numa questão tão importante para ela como essa?

**QUEIROZ NETO** — A partir, pelo menos, do momento em que o governo anunciou a instalação de contratos de risco para a exploração florestal, começa na sociedade civil um movimento de defesa da Amazônia, contrário à cessão de milhares de hectares a empresas multinacionais que, normalmente, não são do ramo, como a Volks. Os contratos de risco, curiosamente, foram como sepultados: não se fala mais, ou não se fala tanto como antes da exploração florestal da Amazônia como um projeto de "salvação nacional", principalmente em termos de balança de pagamento. Parece-me que o sepultamento do grande projeto deveu-se a dois fatores: primeiro, a denúncia a nível nacional do escândalo que seria a proposta oficial e, segundo, — é o que desconfo — é que descobriu-se uma forma, aparentemente, menos dolorosa e menos polêmica de substituir com vantagem a exploração florestal: que é o grande Projeto Carajás.

Naturalmente, aquela crítica da sociedade civil ao projeto de exploração florestal deságua no Projeto Carajás, em dado momento. Por intermédio da SBPC a comunidade científica não ficou ausente da polêmica. Na reunião de Salvador, ano passado, várias reuniões envolveram Carajás. A partir delas, um grupo propôs a criação de uma Comissão de Estudos para coletar o material existente sobre o problema, e divulgá-lo para que fosse discutido em âmbito nacional, se possível, não só pela comunidade científica mas pelo resto da sociedade civil. Isso para que se possa levar as questões muito além dos círculos estritos onde foram propostas e decididas, para um auditório o mais amplo possível, para que haja participação popular na definição dos destinos do País.

# De onde vem o dinheiro

Sérgio P. Quintella

Concebido sob forma de um programa estratégico de desenvolvimento integrado para a Amazônia Oriental, o programa Grande Carajás representa um elenco harmônico de projetos minerais, metalúrgicos, agrícolas e florestais de enormes repercussões para as regiões Norte e Nordeste do Brasil e capaz, pelas dimensões "amazônicas" de que se reveste, de afetar fundamentalmente toda a economia nacional.

De fato o programa, como estruturado na concepção original de Eliezer Baptista (presidente da Vale do Rio Doce), pode ser resumido como mostra o quadro nesta página.

A simples leitura do quadro, resumo de investimentos, provoca surpresas, dúvidas sobre a capacidade e velocidade de implantação dos projetos e levanta inúmeras e variadas questões, entre as quais se inclui a origem dos recursos e a maneira prática de financiar os inúmeros empreendimentos que compõem o programa, além dos dispêndios na infra-estrutura de transporte e energia, nos sistemas de educação e saúde para as populações que para lá irão migrar, bem como nos indispensáveis investimentos em comunicação, vilas residenciais, segurança pública e tantos outros. Não obstante, as realidades físicas da região representam resposta adequada aos questionamentos que possam surgir quanto à viabilidade do programa. Vejamos, de forma muito resumida, o potencial da região (situada entre o rio Xingu, o rio Parnaíba, o paralelo 8.º, o rio Amazonas e o Oceano Atlântico).

**RESERVAS MINERAIS** — 18 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor em Carajás, com o tipo de granulometria ("sinter feed") mais procurado atualmente no mercado mundial; 4 bilhões de bauxita — para a produção de alumina e alumínio — em Paragominas, Trombetas, Almeirim e Carajás; um bilhão de toneladas de minério de cobre próximo à jazida de Carajás, contendo 10 milhões de toneladas de cobre metálico, além de ouro; 100 milhões de toneladas de minério de manganês e 47 milhões de toneladas de níquel, também próximos à jazida de Carajás; 35.000 toneladas de cassiterita (para a produção de estanho) nas proximidades de São Felix do Xingu e vários outros minerais, inclusive ouro.

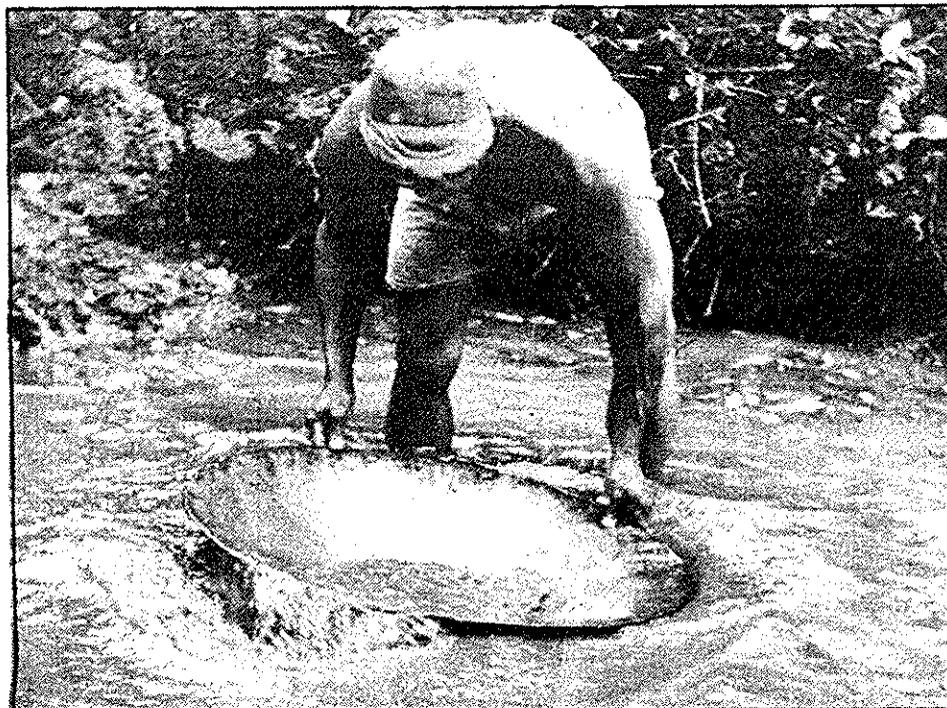
**POTENCIAL HIDRELÉTRICO** — o potencial da bacia Tocantins-Araguaia está avaliado em 13.000 MW de energia firme, que quase equivale a toda a energia firme utilizada atualmente no Brasil. A bacia do Xingu soma mais 9.000 MW e a do Trombetas 2.000 MW, sem falar em outros rios como o Erepecuru, Jari etc. Tucuruí — com 12 geradores de 330 MW em sua primeira etapa — está em construção, assim como as linhas de transmissão para Barcarena, Belém, Marabá, Carajás e São Luís.

**FERROVIAS** — está em construção a ligação Ponta da Madeira (São Luís) a Carajás, com 900 km de extensão em bitola de 1,60 m, que terá capacidade de transportar muito mais que o ferro de Carajás mediante reduzido investimento complementar. Este será provavelmente o principal tronco de transporte do Programa. Um ramal de 150 km dará acesso às jazidas de bauxita da região de Paragominas.

**HIDROVIAS** — o baixo Tocantins e o Araguaia, mediante a construção das eclusas de Tucuruí, de Santa Isabel e de algumas obras suplementares, darão condições de navegabilidade ao longo de 2.200 km para escoamento de produtos agrícolas e minerais provenientes do vale do Araguaia, (até bem ao Sul em Aruanã, Goiás) ou da região de Marabá que se destinem à área de Barcarena e Belém, para cabotagem ou exportação. A região de Trombetas já tem via navegável assegurada até Barcarena e, através do canal norte do Amazonas, até ao Oceano Atlântico.

**PORTOS** — já está em operação o porto de Itaquil, com capacidade para navios de até 60.000 DWT, e o terminal de bauxita em Trombetas. Em construção o terminal de Ponta da Madeira para graneleiros de até 280.000 DWT, assim como o porto fluvial em Barcarena, que poderá operar navios de até 60.000 DWT.

**POTENCIAL FLORESTAL** — é caracte-



terizado por exuberante cobertura florestal. Em termos de formações florestais (densa, aberta, mista, cerrada e babaquais), apenas no sul do Pará e parte do Maranhão, elas ocupam mais de 40 milhões de hectares com potencial médio de 4,6 bilhões de m3 de madeira aproveitável.

É óbvio que a exploração dessa riqueza deverá ser condicionada a rígidas limitações de legislação florestal visando sobretudo a preservar o equilíbrio ecológico da região. Além disso a obtenção de madeira deverá ser baseada em projetos de reflorestamento, aproveitamento de forma racional às condições climáticas favoráveis da macroárea.

As riquezas da região, a peculiaridade de se encontrarem em uma única província mineral (em torno de 60 km estão quase todas as principais jazidas), a existência de abundantes aproveitamentos hidrelétricos de baixo investimento/kw, a infra-estrutura de transporte de grandes massas garantida pela ferrovia em construção e pela hidrovia, os portos fluviais e marítimos aptos a receber navios de grande capacidade, tudo isto combinado de for-

ma sistêmica, representa a certeza de que estamos tratando de algo único e excepcional.

## A ORIGEM DOS RECURSOS

O problema do "funding" dos projetos específicos que compõem o Grande Carajás, deve ser examinado à luz de um conjunto de dados e circunstâncias que, de certa forma, o coloca sob enfoques novos e obriga, por seu lado, a soluções também inovadoras. Permitimo-nos começar por identificar alguns pontos que justificam esta assertiva:

1 — O programa se insere nos objetivos de desconcentração industrial e terá enorme impacto favorável para o norte e nordeste brasileiros, não só pela geração de empregos durante a fase de implantação que se prolongará por muitos anos, como também pela fixação de grandes contingentes humanos necessários para os projetos agrícolas e florestais. Na realidade, os resultados em abordagens simplificadas de macroanálise econômica já executadas são surpreendentes. Eles mostram que, na hipótese de execução do

Programa no prazo de 10 anos, o Produto Interno Bruto da região crescerá mais que três vezes com o Programa, em comparação com o valor correspondente ao crescimento vegetativo.

2 — O saldo favorável de divisas será muito elevado, primeiro por tratar-se de projetos cujos insumos são basicamente nacionais (até mesmo os principais equipamentos terão índice global de nacionalização superior a 85%), segundo por representarem produtos de grande demanda no mercado internacional. A importância relativa do programa pode ser inferida até pela simples constatação de que os US\$ 17 bilhões/ano gerados pelos vários projetos e que serão somados aos atuais US\$ 24 bilhões/ano de exportação brasileira, serão obtidos com um investimento total inferior a 10% do estoque total de capital (estimado em cerca de US\$ 600 bilhões).

3 — O interesse dos investidores estrangeiros é evidente, e por boas razões. O País é politicamente estável, com adequada legislação sobre capitais externos sem alterações há 20 anos, dispõe de uma elite empresarial extremamente dinâmica e de operariado competente, capaz de adaptar-se com facilidade, como já demonstrou, a técnicas modernas de produção. Além do mais, a estratégia global das grandes empresas internacionais não pode prescindir de acesso confiável a fontes vitais de matérias-primas (ferro, alumínio, manganês, cobre, níquel), aqui combinadas de maneira excepcionalmente favorável com energia elétrica abundante e oriunda de fonte renovável.

## VIABILIDADES

Da conjugação de todos esses fatores resulta, quase naturalmente, o modelo de capitalização dos vários empreendimentos, reunindo de um lado o capital nacional corretamente valorizado (riquezas minerais e territoriais, energia, infra-estrutura de apoio) e de outro o grande interesse internacional. Trata-se assim de buscar formas adequadas de associação que preservando a presença principal do capital nacional — com ênfase particular no capital privado — reúna complementarmente os recursos internacionais, definidos estes como a combinação de capital financeiro (especialmente sob a forma de investimentos de risco e não de empréstimos), acesso a mercados externos e capacitação gerencial e tecnológica.

Somos de opinião que ao capital privado nacional está reservada posição particularmente relevante no processo de implantação do programa e de que esta participação é inteiramente exequível, não obstante as dimensões dos vários empreendimentos. Para isto, acreditamos necessária a reunião, em uma grande empresa de participação e promoção de investimentos, dos grandes grupos privados nacionais (financeiros, industriais e de serviços) e para qual se dirigirão inevitavelmente os interesses nacionais e estrangeiros de cada projeto mineral, metalúrgico ou agrícola.

Essa empresa, assim formada e com capital inicial suficientemente elevado (algo como US\$200/300 milhões), passa a dispor de sólida base institucional, enorme capacidade de captação de poupanças, acesso a incentivos fiscais gerados pelos próprios acionistas e grande alavancagem financeira, inclusive através da capitalização dos seus ativos, representados por direitos minerais (adquiridos ou arrendados), contratos de fornecimento de energia elétrica e garantia de transporte a preços que viabilizem a colocação de produtos a preços competitivos internacionalmente. Estimativas preliminares sugerem a viabilidade de acesso a parte de incentivos fiscais, hoje já superiores a US\$500 milhões/ano, permitindo a participação direta em projetos de valor superior a US\$4 bilhões.

Uma empresa assim constituída não só representará valiosíssima demonstração de confiança do empresariado nacional no futuro do País, como também significará a viabilização de diversificada gama de empreendimentos sob efetivo controle nacional.

Sérgio P. Quintella é engenheiro, presidente de empresas nacionais de engenharia, membro do Conselho de Administração do BNDE e de várias empresas brasileiras.

RESUMO DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS				
Segmento	Investimentos US\$ bilhões	Receita Anual (US\$ bi)	População Abrangida (mil)	Empregos Diretos (mil)
Mínero-Metalúrgico	28,1	9,2	380	67
Agrícola	8,1	6,5	3.400	624
Pecuária	1,7	0,7	840	152
Reflorestamento	1,3	0,6	980	179
<b>Sub-Total</b>	<b>39,2</b>	<b>17,0</b>	<b>6.600</b>	<b>1.022</b>
Infra-estrutura:				
Comunidade Residencial	14,6	—	1.244	225
Outros Sistemas	7,9	—	n. estimado	n. estimado
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>61,7</b>	<b>17,0</b>	<b>6.844</b>	<b>1.247</b>

# Proposta: refazer os planos

Uma alternativa para as inversões no programa Grande Carajás apresentada neste estudo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Este trabalho tem por objetivo oferecer uma alternativa às versões oficiais para o plano de inversões no Programa Grande Carajás. Tais versões apresentam como necessário e conveniente um investimento maciço em prazo reduzido — cerca de US\$ 60 bilhões em 10 anos.

Isto não é necessário, nem conveniente para os interesses da Nação — conforme o debate mais recente do programa Grande Carajás tem revelado e demonstrado.

Embora não possuindo as informações e os estudos de que dispõem os órgãos de governo, buscou-se realizar um exercício lógico, com base no documento — "Amazônia Oriental: Plano Preliminar de Desenvolvimento", que levasse em conta:

- o grau de amadurecimento dos projetos e as necessidades de estudos e pesquisas tecnológicas, a experimentação em escala e os prazos requeridos para desenvolver os estudos da viabilidade, a engenharia básica e de detalhamento e, também, para negociações para formação de empresas e captação de recursos em condições adequadas;
- o sentido estratégico dos projetos, isto é, sua inserção no processo do desenvolvimento brasileiro, integrado e impulsionando a economia do País, da Região e dos vários setores já existentes em outras regiões, e ao mesmo tempo sua contribuição para o desenvolvimento social e político do Brasil e criação de condições de auto-sustentação do processo;
- a oportunidade dos projetos, isto é, sua realização no momento em que os atores do processo — empresários, governo, sociedade civil, especialmente as organizações de base — considerassem adequado e, portanto, após amplo

debate sobre a concepção do programa e engajamento da sociedade nele.

A principal conclusão deste exercício — incompleto e à espera de contribuições e debate — é que o programa pode ser feito em etapas ou módulos. Se considerarmos módulos de 10 anos, teríamos uma fase inicial com inversões da ordem de US\$ 7,2 bilhões e uma segunda fase com cerca de US\$ 18,7 bilhões. Não se tentou fazer projeções além do ano 2000. Nem foram considerados alguns investimentos, como é o caso da usina de semi-acabados de aço para 10 milhões t/ano e a abertura do pólo de alumínio de Paragominas com 12 milhões t/ano de bauxita, por representarem empreendimentos altamente discutíveis, principalmente no que diz respeito à nossa capacidade em disputar mercados no Exterior com reais vantagens para o País.

As inversões nos próximos 20 anos não são nada modestas — US\$ 26 bilhões no exercício apresentado. Representam um grande desafio. Mas desafio possível de ser enfrentado com recursos financeiros internos — utilizando supletivamente recursos externos — e, principalmente, com o domínio das tecnologias necessárias para que se obtenham resultados positivos para o País. Ainda mais se considerarmos que o próprio desenvolvimento do 1.º módulo representará a possibilidade de melhor capacitar o quadro institucional — governo, empresas nacionais, sociedade civil e organizações de base — para a realização do módulo subsequente.

Em relação aos recursos naturais, especialmente no caso dos projetos minero-metalúrgicos, vale ressaltar que, embora não se pretenda aqui entrar no mérito sobre a concepção dos empreen-

dimentos, entende-se que as pesquisas adotadas podem ser consideradas extremamente otimistas, notadamente com relação às escalas de produção previstas. Por se fixarem puramente em oportunidades de colocação nos mercados interno e externo, estas metas de produção podem sem dúvida comprometer seriamente as vidas úteis dos recursos naturais e das jazidas em questão, tendo em vista o seu relativo desconhecimento atual.

Por outro lado, e não menos importante, deve-se destacar que a aceleração do ritmo dos projetos poderá colocar em risco o meio ambiente. Não se pode admitir o início de qualquer projeto ou programa sem que, previamente, estejam estudadas e decididas as medidas de controle de poluição, de preservação do meio e das populações indígenas da região.

**SEGMENTO MINERO-METALÚRGICO DE CARAJÁS**

Ao se discorrer sobre o potencial minero-metalúrgico da região de Carajás, geralmente tem-se omitido um aspecto primordial que é o estágio atual do conhecimento de cada um dos depósitos minerais já identificados.

Efetivamente, Carajás é a mais importante província mineral conhecida no País, e, certamente, uma descoberta de importância a nível mundial. Entretanto, os trabalhos sistemáticos de pesquisa naquela região (à exceção do ferro) não completaram ainda nem 10 anos, já que as primeiras atividades da Docege iniciaram-se em 1972.

Este prazo, para quem conhece as dificuldades e minúcias que envolvem os trabalhos de pesquisa geológica, revela na realidade que apesar do imenso esforço daquela empresa na região (aliás excepcionalmente bem-sucedido) muito ainda terá que ser feito para que

se tenha uma idéia mais precisa daquele potencial, não só nas jazidas identificadas como também em outras novas descobertas.

Assim, é fundamental que, antes de se elaborar qualquer plano de aproveitamento econômico dos depósitos minerais, se conclua as pesquisas geológicas e tecnológicas, trabalho demorado e paciente e que apesar de representar parcela pouco significativa no contexto do investimento global (de 3 a 5%), corresponde à etapa primordial na definição das fases subsequentes (estudos de viabilidade, projetos básicos etc.).

Vale ressaltar que a média mundial de tempo entre a descoberta de uma jazida e sua entrada em operação industrial situa-se entre 12 e 15 anos.

Cobre: produção de 1 milhão de toneladas/ano de concentrado — Se tomarmos o caso da jazida de cobre de Salobo 3-A, descoberta em 1976, pode-se esperar o seu início de operação, na melhor das hipóteses, para 1988, principalmente se considerarmos as particularíssimas características da região Amazônica.

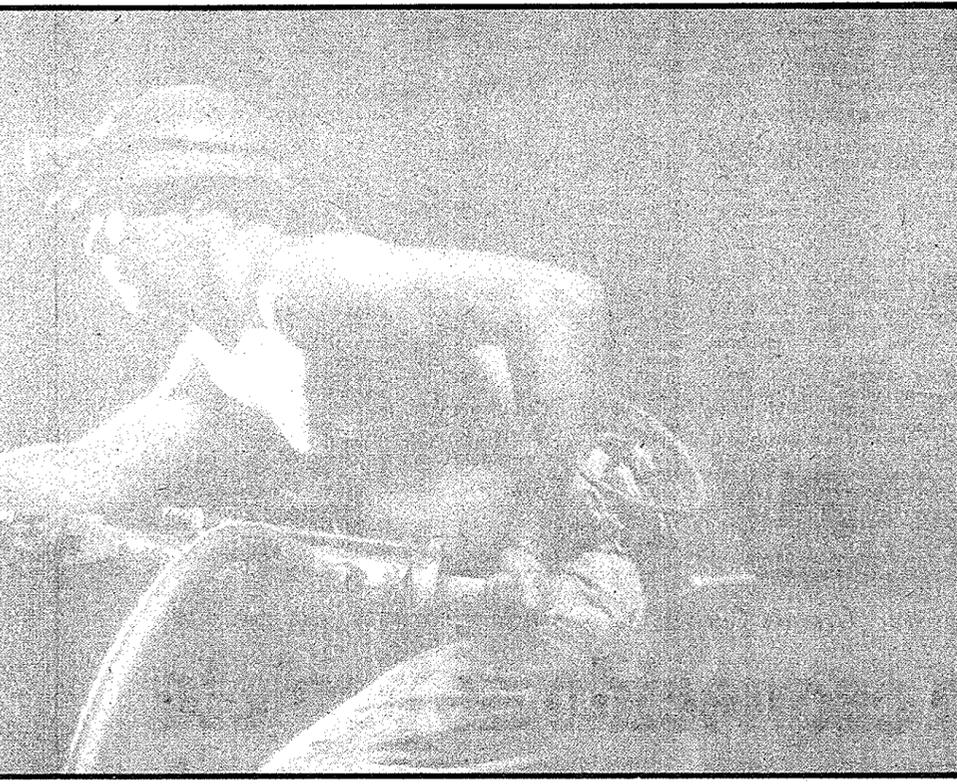
Desta forma, pelo menos os próximos 4 anos deverão ser gastos na complementação das pesquisas geológicas e tecnológicas, de modo a se chegar à fase de projeto básico apenas por volta de 1985. No período 1981/85 poderia ser assim estimado um investimento total da ordem de US\$ 100 milhões, correspondendo a pesquisas geológica, tecnológica, estudo de viabilidade e projeto básico. E assim, ainda que estejamos sendo otimistas, as primeiras inversões efetivas em obras de implantação de um complexo para cobre naquela região se darão apenas em 1986. Este complexo, conforme o "Plano

Preliminar", teria as seguintes características: produção de concentrado (com 32% de cobre) ao nível de 1 milhão de toneladas/ano, produção de cobre metálico de 160 mil t/ano, produção de ácido sulfúrico de 470 mil t/ano e recuperação de ouro de cerca de 6,5 t/ano.

Se, por outro lado, concordarmos em que este projeto, dentre os metálicos, será seguramente o único naquela região com investimentos superiores a US\$ 1,5 bilhão (incluindo metalurgia), veremos que as necessidades de aporte de recursos serão certamente extremamente inferiores aos valores apregoados para os próximos 9 anos. O projeto apresenta, ainda, a vantagem de ter parte de sua produção de concentrado destinada ao mercado interno (Caraiá Metais).

Alumínio: produção de bauxita, alumina e alumínio em Carajás e expansão do complexo Albrás/Alunorte em Barcarena — No caso de alumínio, a premissa básica é de realizar projetos que aproveitem a infra-estrutura já existente. Embora as pesquisas geológicas da bauxita de Carajás estejam concluídas, seriam necessários 2-3 anos, a partir de hoje, em estudos de viabilidade e projeto básico até a implantação efetiva dos projetos industriais. Neste caso, adotando-se a concepção do "Plano Preliminar", teríamos a lavra cativa de 1,44 milhão de toneladas/ano de bauxita e 480 mil t/ano de produção de alumina e 240 mil t/ano de alumínio metálico.

Na década de 90, seria realizada a duplicação de Albrás/Alunorte, com 800 mil t/ano de alumina e 320 mil t/ano de alumínio. Esta duplicação corresponde à concepção original do projeto e estaria condicionada não só à evolução do mercado como ainda dependeria



da comparação com a alternativa de realizar um projeto em Trombetas no caso de se dispor de energia na margem esquerda do Amazonas.

Níquel: produção de 20 mil t/ano de níquel contido em ferro-níquel — No caso do níquel, em que as pesquisas geológicas ainda estão em fase mais atrasada do que o

	I. INVESTIMENTOS DIRETOS EM ATIVIDADES PRODUTIVAS										TOTAL
	1981/82	1983/84	1985/86	1987/88	1989/90	1991/92	1993/94	1995/96	1997/98	99/2000	
<b>1. SEGMENTO MINERO-METALÚRGICO DE CARAJÁS</b>											
— COBRE	30	40	30	500	150						100
— Pesquisa, est. e proj. Mine. Usina			150	300	100						550
<b>SUBTOTAL</b>	30	40	480	800	750						1600
— BAUXITA-ALUMÍNIO		50	20								50
— Pesquisa, est. e proj. Mine. Usina			200	100		240	250				790
— Usina de Alumínio			480	300		500	760				2160
<b>SUBTOTAL</b>		50	700	400		740	1010				2960
— NÍQUEL	5	10	5								20
— Pesquisa, est. e proj. Mine. Usina			150	300							450
<b>SUBTOTAL</b>	5	10	155	300							470
— MANGANÊS	5	5	100								110
— Pesquisa, est. e proj. Mine. Usina											100
<b>SUBTOTAL</b>	5	5	100								110
— ESTANHO E SILÍCIO MET.		10				50					60
— Pesquisa e Tecnologia											50
<b>SUBTOTAL</b>		10				50					60
<b>TOTAL I</b>	40	165	1435	1540	750	790	1010				5250
			3450				1660				5250
<b>2. SEGMENTO FERRO E AÇO</b>			90	90	90	90	90	90	90		360
— Usina de Ferro e Aço											360
— Sinterização						130	130				260
— Sinterização Alum e Coque BFR e Fa Espuma						400	400				800
— Sinterização Alum e Coque BFR e Fa Espuma						400	400				800
— Sinterização Alum e Coque BFR e Fa Espuma						40	40				80
— Coque											400
<b>SUBTOTAL</b>			90	90	90	220	660	1370	2490	1660	7190
— Pesquisa e Tecnologia	10	20	20	20	20	20	20	20	20	20	220
<b>TOTAL 2</b>	10	20	110	110	110	240	680	1420	3040	1720	7510
<b>3. SEGMENTO REFORESTAMENTO</b>											
— Pesquisa e Experiment. Reflor. e Carvoei.	10	25	25	25	25	10	10	10	10	10	160
<b>TOTAL 3</b>	10	25	25	25	25	276	276	276	276	276	1490
<b>4. SEGMENTO AGRICULTURA</b>											
— Pesquisa e Experiment. Projetos Agrícolas	15	20	20	20	20	20	20	20	20	20	225
<b>TOTAL 4</b>	15	20	20	20	20	220	220	220	220	220	1570
<b>5. SEGMENTO PECUÁRIO</b>											
— Pesquisa e Experiment. Projetos Agrícolas	2	5	5	5	5	10	10	10	10	10	75
<b>TOTAL 5</b>	2	5	5	5	5	10	10	10	10	10	75
<b>SOMA 2 A 5</b>	37	70	180	220	270	756	1196	1936	3756	2446	10847
			772			10000					10847
<b>SOMA 1 A 5</b>	77	235	1615	1780	520	786	1986	2946	3756	2446	16117
			4277				11098				16117

	1981/82	1983/84	1985/86	1987/88	1989/90	1991/92	1993/94	1995/96	1997/98	99/2000	TOTAL
<b>1. SEGMENTO MINERO-METALÚRGICO</b>	200	400	400	300	200	200	400	500	500	500	3600
<b>2. SEGMENTO AGRÍCOLA, PECUÁRIO E FLORESTAL</b>	50	100	150	250	350	400	500	600	700	300	3900
<b>3. NAVEGABILIDADE DO TOCANTINS E ARAGUAIA</b>	100	100	100	150	150	200	300	400	400	400	2300
<b>TOTAL</b>	350	600	650	700	700	800	1200	1500	1600	1700	9800
<b>SOMA 1. e 2.</b>			7227					18490			25917

depósitos de quartzo com adequadas características, poderia ser realizado projeto para abastecer as usinas de alumínio e, ainda, exportação, tal como propõe o "Plano Preliminar". Tal projeto se realizaria na próxima década, tendo em vista a capacidade já instalada no País.

O exame do cronograma mostra nitidamente que o total de inversões no período 1981/1990, mesmo com a adoção de níveis de produção elevados e prazos de maturação ainda otimistas, deverá corresponder a menos de US\$ 3,5 bilhões, dos quais até 1984 seriam gastos tão-somente US\$ 205 milhões, basicamente na conclusão das fases de estudos e projetos. Desta forma, fica claro que, com a vantagem da existência da infra-estrutura básica do Projeto Ferro, os investimentos em mineração e metalurgia na região de Carajás durante a década de 80 são perfeitamente exequíveis com recursos nacionais.

Na década seguinte os valores alcançam somente US\$ 1,8 bilhão e os projetos poderiam ser realizados apenas com os excedentes gerados na 1.ª etapa.

**SEGMENTO FERRO E AÇO**

O segmento ferro e aço é constituído por projetos de gusa, sinter, coque e semi-acabados de aço. Aceitando-se algumas premissas do "Plano Preliminar" é possível chegar a um quadro de inversões da ordem de US\$ 7,5 bilhões no período 1981/1999.

Deve-se destacar que não se considerou viável — nem desejável — apenas o projeto de semi-acabados de aço para 10 milhões de toneladas/ano. Em seu lugar propõe-se uma usina integrada para 2,5 milhões de toneladas/ano de laminados planos. Propõe-se, ainda, um programa de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, da ordem de US\$ 320 milhões, a ser realizado no País, com a participação das empresas.

**Gusa:** Produção de 7 milhões de toneladas/ano — A simples disponibilidade de minério de ferro, a partir de 1985, e de carvão vegetal ao longo da ferrovia e às margens do lago formado pela barragem de Tucuruí não indica a possibilidade de exportação do gusa. De fato, a capacidade produtiva já instalada no País opera com elevada ociosidade e as exportações de gusa não se apresentam com um fluxo permanente. A questão básica é a variação de preços e, embora a operação de altos-fornos a carvão vegetal tenha sua tecnologia amplamente dominada no País, o início da produção a curto prazo alcançando 2,0 milhões t/ano é, no mínimo, uma aventura. Não há indícios de que grupos siderúrgicos de países desenvolvidos pretendam deslocar a produção adicional de gusa para o Brasil.

Assim, a hipótese adotada é de produção, a partir de 1986/87, com a plena recuperação do setor siderúrgico mundial, atingindo-se gradualmente os 2,0 milhões t/ano nos 6/8 anos seguintes. Nestas condições os investimentos se fariam a partir de 1984/85. E a expansão em mais 1,5 milhão t/ano ocorreria após esta fase inicial.

A produção de gusa em baixo-forno elétrico associada ao ferro-esponja ainda exige muita pesquisa para provar sua economicidade, como afirma o próprio estudo. Ainda assim, admitir-se-ia que dentro de 12/14 anos teríamos soluções e desenvolvimento tecnológico, iniciando-se os investimentos. Até porque isto implicaria em ampliar a oferta de gusa em mais 3,5 milhões de toneladas/ano de gusa e 2,0 milhões de t/a de ferro-esponja; com elevada relação capital/produto para o gusa (3,18 : 1,00) quando comparada com a tecnologia atual (1,42 : 1,00).

**Sinter:** Exportação de 5 milhões de toneladas/ano — A transferência da produção de sinter dos grandes produtores siderúrgicos para os produtores de minério de ferro deverá ser objeto, ainda, de longas negociações. Caso contrário teremos projetos "cativeiros", operando com baixíssima lucratividade. Não se pode deixar de lado a questão do manuseio e transporte a grande distância do sinter, também dependendo de maiores estudos e experiências. Difícilmente este projeto ocorrerá antes de 10/12 anos e, assim mesmo, é questionável se devemos exportar sinter.

**Coque:** Exportação de 2 milhões de toneladas/ano — Este projeto, em sua concepção exportadora, também é bastante questionável. Ainda assim, dadas as necessidades do mercado interno, pode-se admitir que venha até a realizar-se junto com a usina de aço de 2,5 milhões t/ano. Neste caso, os investimentos ocorrerão nas mesmas épocas, isto é, a partir de 1992.

**Semi-acabados de aço:** exportação de 10 milhões de toneladas/ano — Este projeto, mesmo como hipótese, não deve ser considerado. São bastante conhecidos os problemas que o País tem enfrentado com o projeto de semi-acabados — Cia. Siderúrgica de Tubarão. Tal projeto só tem viabilidade na medida em que toda a infra-estrutura seja paga pelo Estado e toda a sorte de incentivos sejam concedidos — conforme ocorre com a C.S.T.E.; neste caso, tratar-se-ia de pura e simples transferência de recursos para o Exterior.

Assim, a hipótese adotada será de uma usina integrada de aço — produzindo 2,5 milhões de toneladas/ano de laminados planos no período 1998/99. Até lá, deverão

ter ocorrido expansões nas usinas já existentes. Deverá, ainda, ampliar-se o nosso domínio da tecnologia de aço, aliado ao conhecimento de técnicas para utilizar misturas de carvão vegetal com o nosso carvão mineral do Sul. A hipótese adotada oferece, ainda, a possibilidade de geração de novas indústrias — especialmente no setor de bens de capital.

#### SEGMENTO REFLORESTAMENTO

Admitindo-se a implantação de projetos metalúrgicos no ritmo proposto, porém, não se admitindo projetos florestais sem que previamente sejam realizadas pesquisas para "determinar as essenciais florestais que melhor se adaptem às condições locais", teríamos inicialmente (de 6 a 8 anos) pesquisas e experimentação. Os projetos teriam início em seguida e se desenvolveriam por 8/12 anos.

#### SEGMENTO AGRICULTURA

A concepção do "Plano Preliminar" é nitidamente um enclave voltado para a exportação e constituído por vários "projetos" que configuram a repetição do empreendimento nipo-brasileiro ora em realização na zona do cerrado.

Mesmo os projetos alcooleiros, com previsão de 5,4 bilhões litros/ano, parecem carecer de bastante pesquisa. Até porque a maior parte seria álcool de mandioca.

Assim, admitiu-se um amplo programa de pesquisa em 6/12 anos, conforme o produto, e a realização de projetos menos ambiciosos prevendo-se, isto sim, gastos com extensão rural, regularização fundiária e assentamento agrícola. Uma forte participação dos sistemas cooperativos deveria ser estimulada, especialmente ao longo da ferrovia e nas proximidades dos núcleos urbanos atuais ou a implantar.

Nestas condições, os investimentos seriam bem menores e os créditos para custeio da produção deveriam ser maiores, utilizando os mecanismos já existentes.

#### SEGMENTO PECUÁRIA

A concepção dos projetos em "fazendas-módulo" deve ser considerada como uma mera especulação. Pode-se admitir que, neste segmento, sejam apenas realizados projetos-piloto e alguma criação de caráter extensivo nos próximos 20 anos. O setor

não deve ser estimulado, antes que se chegue a conclusões sobre o modelo a adotar, nem se estude a questão fundiária para não agravar os problemas já encontrados na região.

#### 2. INFRA-ESTRUTURA

Os investimentos em infra-estrutura decorrem da própria implementação dos projetos do setor minero-metalúrgico, bem como da área florestal e agropecuária. O "Plano Preliminar" estima a necessidade de US\$ 6,9 bilhões para a infra-estrutura do segmento minero-metalúrgico — cujas inversões diretas somariam US\$ 28,1 bilhões — e US\$ 15,6 bilhões para a infra-estrutura dos demais segmentos — cujas inversões diretas somariam US\$ 11,2 bilhões. Assim, haveria necessidade de aplicar US\$ 22,5 bilhões e isto seria em sua totalidade realizado pelo Estado.

Os elementos oferecidos pelo "Plano Preliminar" não permitem um exame detalhado destas inversões. No entanto, adotando-se o ritmo de inversões proposto neste exercício, pode-se estimar que:

— a infra-estrutura do segmento minero-metalúrgico será bas-

lante reduzida, especialmente em São Luís (menos da metade das necessidades com a nova concepção da usina de semi-acabados) e em Paragominas (que não seria realizado), atingindo, ainda assim, cerca de US\$ 3,6 bilhões;

— a infra-estrutura do segmento agrícola, pecuário e florestal, cuja componente de maior peso são as comunidades residenciais (US\$ 11,1 bilhões ou seja, cerca de 83% do total previsto no Plano), se reduzida proporcionalmente às inversões diretas alcançariam US\$ 3,9 bilhões; e

— a infra-estrutura para a navegabilidade do Tocantins e do Araguaia, inclusive a construção da Usina Hidrelétrica de Santa Isabel poderiam ter seus investimentos mantidos, conforme propõe o "Plano Preliminar" — US\$ 2,3 bilhões — embora realizados em ritmo menos acelerado no que diz respeito à hidrelétrica. Portanto, nos próximos 20 anos, os investimentos alcançariam US\$ 9,8 bilhões e o Estado não ficaria tão sobrecarregado. Isto porque as atividades, na região, deverão gerar receitas para os órgãos do Governo permitindo evitar dependência excessiva a financiamentos internos e

externos. E, além disto, conforme estabelece a Res. 02/81 do Conselho Interministerial, os beneficiários que usem parcela "preponderante" dos investimentos de infra-estrutura deverão também contribuir significativamente para o seu pagamento.

#### 3. CONCLUSÃO

Esta proposta é, antes de tudo, um exercício que pretende desmistificar o programa Grande Carajás. Em primeiro lugar, provando que ele pode e deve ser realizado em prazo mais longo. Além disso, insistindo em que se utilizem os recursos de tecnologia, financeiros e empresariais que já existem no País. Em terceiro lugar, buscando que o Programa esteja integrado com as demais regiões do Brasil e voltado basicamente para o mercado interno.

E, finalmente, esperando contribuir para o debate nacional — no Congresso, nos órgãos, do Executivo, nos sindicatos, entidades de classe e organizações de base da sociedade civil — que há de preceder as decisões que permitirão construir um futuro que beneficie prioritariamente os interesses nacionais.

As comunidades indígenas da região do projeto Grande Carajás estão sendo ignoradas pelo governo

# Índios, um povo esquecido no projeto

Lux Vidal

O debate que atualmente se inicia com relação ao Projeto Grande Carajás vai proporcionar, sem dúvida, a oportunidade de discutir amplamente, a nível nacional, as implicações profundas da implantação, por parte do governo, de macroprojetos de desenvolvimento na Amazônia. A inusitada grandiosidade do Projeto nos seus vários desdobramentos, minerometalúrgico, florestal e agropecuário, ao longo de uma extensa faixa territorial, coloca a Nação diante de uma importante opção histórica. Não será inútil repetir que qualquer projeto somente poderá trazer vantagens na medida em que a política que oriente seu desenvolvimento seja prioritariamente dirigida em benefício das populações que vivem nas áreas sob sua influência e que, afinal, todo homem em qualquer de suas dimensões ou realidades sócio-culturais deve ser visto como beneficiário das mudanças econômicas e não como uma vítima.

Infelizmente, uma constante de todos os projetos governamentais para a Amazônia é a falta total de reconhecimento, a nível de planejamento, da existência de populações nativas da região, entre as quais inúmeras comunidades indígenas. A rapidez do processo de expansão e as mudanças radicais provocadas pela implantação de sucessivos projetos de tipo empresarial têm dado origem a graves conflitos entre os diferentes grupos que atuam na região (fazendeiros, madeireiros, mineradoras, posseiros, garimpeiros, índios, companhias estatais, Incra, Getat, Funai).

A resposta do governo a esta situação ameaçadora tem sido a recusa sistemática de considerar os problemas relativos às camadas mais pobres da região, assim como reconhecer os direitos constitucionais assegurados às comunidades indígenas. Na realidade, a posse das comunidades indígenas tem sido continuamente diminuída ou extinta e esse desrespeito coloca-se no quadro mais amplo de prioridades político-econômicas definidas pelo governo em seu modelo desenvolvimentista, deixando de lado quaisquer considerações sobre os prejuízos sociais. Para o governo, o que prevalece, a nível de planejamento, é a consolidação do papel central a ser desempenhado pelas grandes empresas nacionais e multinacionais,

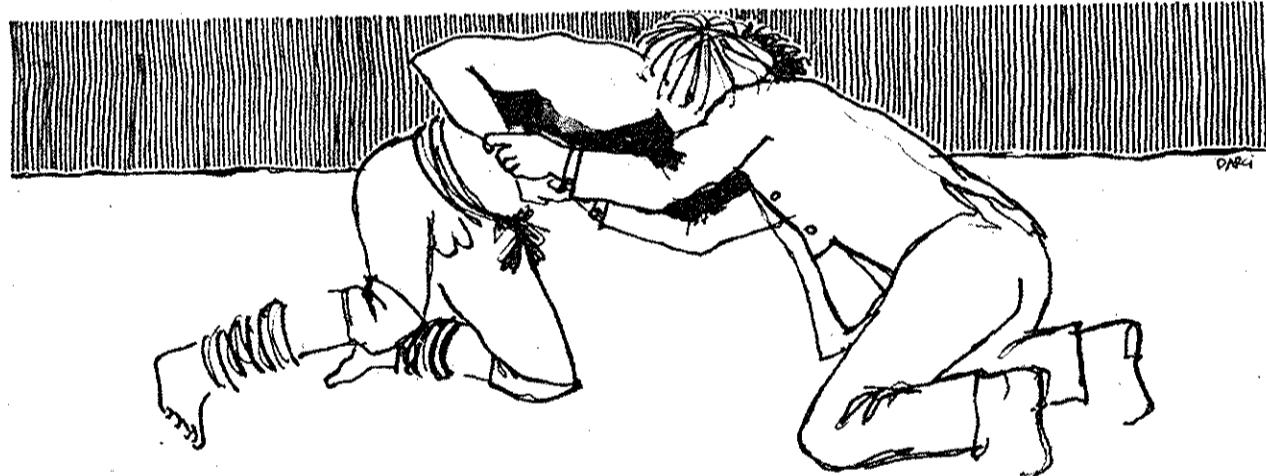


Ilustração de Derci Lopes.

#### ÚLTIMO REDUTO

No caso específico do projeto Carajás a displicência, por parte do governo, com relação à questão indígena repete-se mais uma vez. O assessor do ministro das Minas e Energia declarou ter tomado conhecimento da "possibilidade" de existirem nações indígenas dentro da área de implantação do projeto Grande Carajás e observou ainda que, nos contatos com a Sudam, nunca houve a menção de problemas na área do minério de ferro de Carajás. Este problema só poderá surgir, segundo o assessor, quando forem estabelecidos os projetos específicos, com a localização das empresas e a definição de todas as situações, inclusive as de posse e domínio da terra. Fica claro que na mentalidade de nossos governantes, os direitos dos índios tão-somente serão considerados quando já tiverem perdido boa parte de suas terras, invadidas, ou após o surgimento de graves atritos e de possíveis atos de violência. Quando isso acontece, cria-se de fato, um problema, que precisa de uma solução rápida em função dos interesses de um projeto irreversível.

A Amazônia constitui-se, atualmente, no último reduto do maior contingente de populações indígenas no Brasil. A situação específica dos diferentes grupos é extremamente diversificada tornando a questão indígena uma realidade complexa e que

deve ser entendida e assumida como tal. Por estas razões, é imprescindível que desde a fase inicial de um projeto que venha a afetar uma área indígena, seja exigida a consulta e a participação dos povos indígenas, da comunidade científica e de advogados no processo decisório relacionado a esses projetos, assim como o acesso dos índios, antropólogos e outros cientistas a todas as informações necessárias ao acompanhamento sistemático desses projetos. (1) Caso contrário, se repetirão os crimes e erros já cometidos em ocasiões anteriores e não tão remotas, entre comunidades que se encontram na área de influência direta do projeto Grande Carajás.

#### INDÍGENAS AFETADOS

O projeto (2) atinge no Pólo Metalúrgico do Tocantins (Marabá-Tucuruí) os Assurini do Trocará, os Parakanã do Lontra e Pucuruí, os Gaviões de Mãe Maria e os Suruí do Sororó. No Pólo da Província Mineral de Carajás, os Kayapó-Xikrin e todos os grupos Kayapó do médio Xingu. A estrada de ferro Carajás-Itaquil cortará a reserva de Mãe Maria e passará ao longo do limite sul da reserva dos índios Guajajara e Guajá no Maranhão. Os projetos florestais, agropecuários e de álcool atingirão direta ou indiretamente todos os grupos de norte de Goiás e Maranhão. Se

considerarmos também os grupos que serão atingidos pela construção de uma série de barragens ao longo do rio Xingu (3) já que não se pode arbitrariamente separar estes diversos projetos contíguos e que muitas vezes se sobrepõem, teremos, além das populações rurais e ribeirinhas, um contingente de milhares de índios submetido a mudanças radicais e de consequências imprevisíveis. É um problema que deve ser debatido com a maior urgência.

O projeto Grande Carajás não é um empreendimento para o futuro, ele já está sendo implantado pelo menos desde 1973, data do início da construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Portanto, já ocorreram e estão concretamente previstos sérios problemas em diversas áreas indígenas como mostram os casos enumerados a seguir.

Os Gaviões da Montanha. Em junho de 1977, após inúmeras mortes causadas pelo contato, representantes da Funai e da Elettronorte, em troca de 77 mil cruzeiros, tiraram à força os remanescentes do grupo Gavião da Montanha, local onde hoje se ergue a Hidrelétrica de Tucuruí. A maioria do grupo deslocou-se para a reserva de Mãe Maria. Uma família, porém, voltou às terras do Moju, reconhecendo o habitat tradicional desse grupo. Os índios Gavião pedem a urgente demarcação e garantia dessa terra.

Os Parakanã, cujas terras serão em grande parte inundadas pelo reservatório da Hidrelétrica de Tucuruí. O projeto de transferência dos Parakanã foi incompreensivelmente sustado em 1979 e o antropólogo que trabalhava com eles, demitido. Diante da urgência de se encontrar uma solução, foi realizado em dezembro de 1980, o Encontro Parakanã, em Tucuruí, com a presença da Funai, Eletronorte, Getat e antropólogos de diversas universidades. Entretanto, até hoje, não foram cumpridas as sugestões formuladas e aceitas durante a reunião. No mês de julho de 1981, não suportando mais o impacto devido ao acelerado desmatamento efetuado pela Capeml na reserva, os Parakanã, alguns dentre eles doentes, decidiram se transferir por conta própria. A nova área ainda não foi demarcada.

**Os Gaviões de Mãe Maria.** Em 1971, a reserva de Mãe Maria, rica em castanhais, é cortada pela rodovia PA-70. Em 1980, foi construída em território Gavião uma linha de transmissão de alta tensão. Foi aberto um corredor de 150m de largura, cortando a área em toda a sua extensão e passando por cima da aldeia. Oitocentos castanheiros e árvores de grande porte foram derrubados. Os índios nunca foram convidados a participar e opinar sobre o projeto. A antropóloga que trabalhava entre eles foi demitida. Com grande perseverança e resistência, os Gaviões conquistaram o direito a uma indenização. Hoje, porém, a reserva está novamente ameaçada pela construção da ferrovia Carajás-Itaqui, que cortará o território ao sul, justamente na área onde acabam de construir uma grande aldeia nova. "O corredor da Ferrovia será de 70m. Os cálculos prevêem a passagem, todos os dias de doze trens com 160 vagões de carga cada, nos dois sentidos, durante os próximos oitenta anos. O barulho constante, a poeira, a poluição das águas, o trabalho das turmas de manutenção e a presença constante do trem, transformarão o projeto num verdadeiro "demônio de ferro" para os índios (4).

Os Guajajara e Guajá do Maranhão serão afetados também pela ferrovia que passará ao longo do limite sul da reserva Pindaré, onde vivem 3.000 índios. A área é de floresta, sendo que haverá novamente derrubada maciça de árvores que, caindo, entulharão o rio, o que dificultará a passagem pelo alto Pindaré, até de canoa. A área de floresta virgem é disputada por posseiros e fazendeiros. Existe também o perigo destas áreas serem objeto de cobiça para a implantação dos projetos florestais do projeto Grande Carajás. A última notícia é que a Carajás está planejando construir um aeroporto internacional dentro da reserva. A Funai já autorizou a construção. Técnicos e engenheiros da Aeronáutica já estiveram no local medindo o terreno de 5km por 3km e escolheram o local preferido dos índios: o último grande cocal de babaçu da região.

O presidente da República autorizou, finalmente, a execução dos planos do projeto Grande Carajás. Os investimentos serão de 33 bilhões de dólares. A pergunta que resta a fazer é até quando as comunidades indígenas deverão custear o desenvolvimento de projetos que não foram ainda devidamente avaliados e que poderão causar irreversíveis prejuízos ao meio ambiente e a nossa sociedade no seu conjunto. Até quando os projetos desenvolvimentistas serão executados violando o estabelecido na Constituição Federal (Artigo 198), na lei (Artigo 20 do Estatuto do Índio) e em Convenção Internacional, que garantem aos povos indígenas, o direito à posse permanente da terra e ao usufruto exclusivo das riquezas nela existentes. ■

#### Fontes citadas

- (1) "Os Índios perante o Direito" Ciência e Cultura 33(2): 161-166
- (2) AMAZÔNIA, Breno Augusto dos Santos. Mapa p 241
- (3) Lux Vidal, Antônio Carlos Magalhães et al: "Grupos Indígenas da bacia do Xingu. Informes preliminares."
- (4) Paul S. Aspelin and Silvio Coelho dos Santos: "Indian Areas Threatened by Hydro-electric Projects in Brazil."
- (5) Idem.

000

Lux Vidal é professora de Antropologia da USP e vice-presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo.